

## ATA DA 19º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD – GESTÃO 2012 - 2014

1  
2 Aos seis dias do mês de março de dois mil e quatorze, às quatorze horas na sala de  
3 Reuniões no Gabinete do Prefeito, deu-se início a 19º reunião ordinária do Conselho  
4 Municipal Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência – CMDPD, que apresenta a seguinte  
5 pauta: 1) Leitura e aprovação da Pauta da 19º reunião ordinária; 2) Leitura e aprovação  
6 da ata da 18º reunião ordinária realizada no dia 05 de fevereiro de 2014; 3) Relato da  
7 reunião das Comissões; 4) Central de Intérpretes; 5) Solicitação aos Deputados Federais:  
8 mobilização para criação de Lei Federal que autorize a dedução do imposto de renda  
9 devido pelas pessoas físicas e jurídicas para o Fundo Municipal de Pessoa com  
10 Deficiência; 6) Informes Gerais. O presidente do conselho, Ricardo Alexandre Vieira,  
11 iniciou a reunião apresentando a senhora Viviane Regina Franco Soares, assistente social  
12 da SASC, como assessora técnica do CMDPD, juntamente a senhora Patrícia Barbosa,  
13 em substituição ao senhor Ismael Roberto Batista Melo, bem como, informou que a SASC  
14 indicou duas novas conselheiras, Andreia dos Santos (titular) e Jovelina Morteau Borghi  
15 (suplente). Na sequência, a plenária aprovou por unanimidade a pauta da presente  
16 reunião e a Conselheira Daniella Cristina Martins Hernandez Fernandes, leu a ata da 18º  
17 reunião ordinária do Conselho. Com alteração nas linhas 12 (doze), 36 (trinta e seis), 64  
18 (sessenta e quatro), 83 (oitenta e três) e 91 (noventa e um) referente as falas dos  
19 conselheiros Ricardo Vieira e Ana Carmem Dias, a ata da 18ª reunião foi aprovada por  
20 unanimidade. Dando prosseguimento o presidente do Conselho inicia o relato da reunião  
21 das Comissões, fazendo em conjunto o relato do primeiro e segundo Itens: Primeiro Item  
22 – Ofício nº 1529/2013 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná –  
23 CREA/PR convidando o CMDPD para participar da visita de fiscalização na Unidade de  
24 Pronto Atendimento – UPA, Zona Norte, no dia 16 de dezembro de 2013; Segundo item –  
25 Ofício nº 061/2014 do CREA/PR convidando o CMDPD a participar da visita de  
26 fiscalização no Colégio Estadual Dirce de Aguiar Maia, no dia 14 de fevereiro de 2014. O  
27 presidente informou que a comissão de acessibilidade acompanhou a visita na UPA Zona  
28 Norte e identificou que o local tem acessibilidade para pessoa com deficiência física,  
29 porém, não há acessibilidade para pessoa com deficiência auditiva, uma vez que a  
30 unidade não possui funcionário qualificado para atendimento em LIBRAS – Língua  
31 Brasileira de Sinais. Com relação ao atendimento à pessoa com deficiência visual, a  
32 funcionária da unidade que atendeu a comissão, informou que é realizado atendimento  
33 com acompanhamento de um funcionário. No Colégio Dirce de Aguiar Maia a comissão  
34 identificou que foram realizadas algumas adaptações, contudo, ainda não possui piso tátil,  
35 as rampas de acesso estão fora das normas e os banheiros não são acessíveis, inclusive  
36 as barras de apoio estão caindo e o banheiro masculino não tem porta. O presidente  
37 relatou ainda que a biblioteca deste colégio fica no primeiro andar e não tem acesso para  
38 pessoas com deficiência, sendo que uma aluna com deficiência física precisa ser  
39 carregada quando quer usar a biblioteca. A escola não possui ainda condições de atender  
40 alunos com deficiências auditiva e visual, a direção informou que encaminha estes alunos  
41 aos colégios mais próximos. O presidente do Conselho lamentou esta situação, uma vez  
42 que tira a autonomia do aluno, com relação a escolha do colégio que quer estudar. Após  
43 este relato a conselheira Ana Carmem Dias propôs que se verifique como está a parceria  
44 do município com a Associação dos Surdos de Maringá – ASUMAR, que visa qualificar  
45 servidores para atender pessoas com deficiência auditiva e articular com as secretarias  
46 que realizam atendimento para que articulem servidores para a realização do curso, pelo  
47 menos, até que o município tenha a central de LIBRAS. A conselheira Daniella Cristina  
48 Martins Hernandez Fernandes sugeriu informar a UPA que é possível solicitar à ASUMAR  
49 que a entidade realiza o curso. O conselheiro Gustavo Vinicius Camin lembrou que os  
50 servidores não são obrigados a fazer o curso de LIBRAS, sendo que não há legislação  
51 específica quanto a isso, porém lembra que os atendimentos no setor público devem ser  
52 universais. O presidente do Conselho propõem enviar ofício à UPA informando desse  
53 curso, uma vez que os próprios representantes da unidade relataram a dificuldade no  
54 atendimento a pessoas com deficiência auditiva. A conselheira Alexandra Silveira Petris  
55 Capuano diz entender que não haja legislação obrigando os servidores a fazerem o curso,

56 mas o Conselho deve pensar em ações que universalizam os atendimentos às pessoas  
57 com deficiências em todo lugar. O conselheiro César Antônio Gualberto se manifesta  
58 reforçando que os princípios de atendimento no setor público é acessibilidade para todos  
59 que necessitam deste atendimento. Após algumas colocações a plenária deliberou por  
60 unanimidade encaminhar ofício à Unidade de Pronto Atendimento Zona Norte informando  
61 que existe a parceria do município com a entidade ASUMAR para cursos de capacitação  
62 em LIBRAS e que a unidade pode solicitar este curso aos seus funcionários para  
63 capacitá-los no atendimento aos deficientes auditivos, bem como, deliberou encaminhar  
64 comunicação às secretarias do município que realizam atendimento informando sobre o  
65 Decreto 5296 de 2004 que regulamenta as Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de  
66 2000, dando prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei Federal nº  
67 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos  
68 para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com  
69 mobilidade reduzida, e dá outras providências e informando que existe parceria entre o  
70 município e a entidade ASUMAR para capacitar os servidores no atendimento às pessoas  
71 com deficiências. Terceiro Item – Ofício nº 097/2014 do CREA convidando o CMDPD a  
72 participar da visita de fiscalização no Colégio Estadual Rui Barbosa, dia 21 de fevereiro de  
73 2014. O presidente do Conselho informou que não foi possível realizar a visita na data  
74 marcada em razão da chuva, mas Comissão de Acessibilidade já havia realizado visita  
75 anteriormente neste colégio e detectado a falta de acessibilidade. O presidente informou  
76 que será necessário realizar nova visita, pois o colégio recebeu recentemente um recurso  
77 para realizar reformas. Quarto item – Ofício nº 01/2014 da Secretaria de Planejamento –  
78 SEPLAN, solicitando a confirmação dos representantes do CMDPD ou indicação de  
79 novos, para composição da CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade. O  
80 presidente do Conselho informou que esta comissão no momento está desativada e a  
81 SEPLAN está articulando sua continuidade, lembra que os representantes do CMDPD  
82 eram ele o conselheiro Alexandre Diego que saiu do Conselho, então é preciso escolher  
83 novos representantes uma vez que ele não participará mais. A assessora técnica do  
84 conselho informou que conversou com João Williann Madeira Solim que informou que as  
85 reuniões acontecem toda 1ª quinta-feira do mês às 14h na SEPLAN. Após algumas  
86 colocações ficou deliberado que os representantes do CMDPD nesta comissão serão:  
87 José Aparecido de Almeida, como titular e Maria Aparecida de Oliveira Souza, como  
88 suplente. Quinto e Sexto Itens – O presidente do conselho informa sobre os ofícios da  
89 SASC indicando as senhoras Andreia dos Santos e Jovelina Borghi respectivamente  
90 como conselheiras titular e suplente representantes da SASC, e Viviane Soares como  
91 assessora técnica. Sétimo Item – VII Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com  
92 Deficiência. O presidente do Conselho informou que as comissões discutiram bastante  
93 sobre a conferência e confirmaram o tema “Acessibilidade por meio da Tecnologia  
94 Assistiva”, a ser realizada no dia 29 de maio de 2014. Para a palestra magna foi  
95 convidado o Professor Doutor José Antônio Borges da Universidade Federal do Rio de  
96 Janeiro, é especialista em Tecnologia Assistiva sendo o criador do programa Dosvox  
97 sistema de computador baseado no uso intensivo de voz para deficientes visuais, mas ele  
98 trabalha também com outras deficiências sendo que também criou o programa Motrix,  
99 software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, em especial  
100 tetraplegia e distrofia muscular, possam ter acesso a microcomputadores. O presidente  
101 informou que a questão hoje é definir o local, uma vez que as últimas conferências foram  
102 no Hotel Bristol que cobra um valor alto, pois vincula o aluguel do espaço com a  
103 contratação de seu coffee break, o que dificulta a sua contratação uma vez que a SASC já  
104 tem licitado coffee break para eventos. A assessora técnica do Conselho informou que  
105 realizou contato com a Associação Comercial e Empresaria de Maringá – ACIM e que lá  
106 existe um auditório com disponibilidade para 209 (duzentos e nove) pessoas e  
107 acessibilidade para realização da conferência, realizou visita ao local e constatou que, dos  
108 locais procurados, é o mais adequado. O presidente informou que conhece o auditório,  
109 um lugar ótimo, que a ACIM pode ceder para a realização da conferência sem custo.  
110 Após este informes a assessora técnica do conselho informou a necessidade de emissão

111 de uma resolução convocando a conferência, bem como de uma resolução criando a  
112 comissão organizadora desta. A plenária aprovou a convocação da conferência por  
113 unanimidade e para a Comissão Organizadora ficaram definidos que os representantes  
114 do CMDPD serão os conselheiros: Andreia dos Santos, Jovelina Morteau Borghi, José  
115 Aparecido de Almeida, Gustavo Vinicius Camin e mais todos os membros das Comissões  
116 de Políticas Públicas e Acessibilidade do CMDPD. Os representantes indicados pela  
117 SASC para compor esta Comissão são os servidores: Celso Ravagnani, Eloacy Maria  
118 Prado Tavares, Fausto Salamão Cirico, Fernanda Gomes da Silva Pires Dorne, Maria  
119 Célia de Resende Zanatta, Maria Eloisa Ferreira Passeri, Nívea Geseli Panizza Tuller,  
120 Priscila Xavier, Rita Aparecida Rueda e Silvana de Queiroz Garcia Muniz e também os  
121 membros da Assessoria do Conselho. Oitavo Item – Assembleia de Eleição da Sociedade  
122 Civil. O presidente do Conselho informa que será realizada a assembleia de eleição da  
123 sociedade que antecede a conferência, onde serão eleitos os representantes da  
124 sociedade civil para compor a gestão 2014-2016 do CMDPD. Ficou definido que esta  
125 assembleia realizar-se-á dia 09 de maio, às 14h na sala de reuniões do gabinete da  
126 prefeitura. Nono Item – Ofício nº 312/2014 da Secretaria Nacional de Promoção dos  
127 Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. A assessora técnica do conselho lembrou  
128 que no final de 2103 o município de Maringá aderiu ao Plano Viver Sem Limites e como  
129 próxima ação para implementação deste, Maringá tem que instituir formalmente um grupo  
130 de articulação e monitoramento do Plano. Para isso é necessário um representante do  
131 CMDPD. No ofício a SNPD solicita que o município institua este grupo e encaminhe sua  
132 composição para a Secretaria de Direitos Humanos por e-mail. Frente a isso, faz-se  
133 necessário que o CMDPD indique representante para esta comissão. Ficou definido que a  
134 conselheira Paula Edicléia França Bacaro, representará o CMDPD como titular e suas  
135 suplentes serão as conselheiras Maria Aparecida de Oliveira Souza e Ana Carmem Dias.  
136 Concluído o relato das comissões o presidente do conselho passou para o próximo item  
137 da pauta – Central de Intérpretes. O presidente do Conselho informou que, apesar de  
138 todas as solicitações e articulações do CMDPD, nada foi feito a nível municipal para  
139 efetivamente implantar esta central. A conselheira Daniella Cristina Martins Hernandez  
140 informou que entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo onde existe a Central de  
141 Interpretes de Libras – CIL que, de acordo com informações de lá, é executada em  
142 parceria com Governo Federal, sendo que este oferece equipamentos, mobiliários e carro,  
143 ficando a cargo do município disponibilizar equipe para esta Central. Daniella informa que  
144 seria necessário disponibilizar intérprete para realizar o atendimento in loco e atendimento  
145 por telefone e/ou computador, há a possibilidade de que o município solicite ao Governo  
146 Federal esta parceria. O presidente do conselho informa que essa é uma possibilidade  
147 viável para efetivação desta central e que o CMDPD pode articular junto ao prefeito, bem  
148 como, informa que este debate já poderia ter gerado comunicação ao Ministério Público,  
149 uma vêz que existe Lei Municipal que institui a Central de Libras no Município. A  
150 conselheira Alexandra sugere que o Conselho se informa mais sobre a CIL e essa  
151 parceira ente Município e Governo Federal. A assessora técnica do Conselho sugere  
152 levantar informações sobre este assunto e colocar na pauta da reunião das comissões.  
153 Aprovado. Na sequência, o presidente do conselho informou que ficou faltando na pauta a  
154 discussão sobre acessibilidade na rodoviária de Maringá. O presidente disse que foi  
155 encaminhado um e-mail para o Diretor Sérgio da SEMAT – Secretaria de Abastecimento,  
156 Recursos Materiais, Logística e Patrimônio referente a este assunto e ele respondeu que  
157 existe um projeto pronto para implantação da sinalização universal no terminal rodoviário,  
158 que estava previsto para implantação no início deste ano. No entanto, ainda não foi  
159 levado a termo tendo em vista um projeto maior, que envolverá além da sinalização  
160 universal, outros itens de acessibilidade, como rampas nas plataformas de embarque,  
161 elevador, entre outro, para execução deste projeto deverão ser licitados os projetos  
162 complementares. O presidente do Conselho lembrou que o CMDPD já havia solicitado  
163 informações quanto ao processo de licitação para implantação do piso tátil na rodoviária,  
164 cuja resposta do secretário municipal de gestão informava que o projeto já estava pronto,  
165 aguardando apenas a liberação de dotação orçamentária para licitar a obra. Agora essa

166 nova informação, vinda do Diretor Sérgio é de um projeto maior cujos prazos e  
167 cronograma não foram informados. O presidente informa que a implantação do piso tátil é  
168 mais rápida e deveria ser realizada numa primeira etapa deste novo projeto, para depois  
169 continuar com as outras ações deste. O conselheiro César Antônio Gualberto se  
170 manifesta concordando com o presidente do Conselho e disse desejar sempre indignar-se  
171 com este tipo de situação, lembrando que o setor público deve sempre atender a todos e  
172 que para isso deve se adequar às diferentes necessidades. César informa ainda que se o  
173 conselho não deve inobservar essa situação, pois é possível que este projeto não seja  
174 executado e a rodoviária fique mais alguns anos sem nenhum tipo de acessibilidade. A  
175 conselheira Alexandra Silveira Petris Capuano se manifesta dizendo que não há  
176 sugestões para pessoa com deficiência auditiva nessa discussão, lembra que a  
177 acessibilidade é para todos e não deve ser discutida para uma única deficiência. O  
178 presidente do conselho se manifesta informando que na discussão de acessibilidade da  
179 rodoviária o piso tátil está mais pontuado pois é uma solicitação desde o ano de 2006 e  
180 que isso seria uma medida emergencial já identificada, pois uma pessoa com deficiência  
181 na rodoviária não consegue se locomover sozinha. A conselheira Ana Carmen Dias  
182 informa que esta informação do Diretor da SEMAT não manifesta prazo nem cronograma,  
183 sugere enviar ofício resposta considerando as legislações referentes a prioridade no  
184 atendimento à pessoa com deficiência e solicitando de imediato a execução de parte da  
185 obra, o piso tátil, bem como, solicitando prazo e cronograma de execução das outras  
186 ações do projeto. Após algumas colocações ficou deliberado enviar ofício à SEMAT  
187 solicitando a implantação imediata da sinalização universal, prioritariamente a instalação  
188 de piso tátil, que é premissa básica para implantação e implementação da acessibilidade  
189 no Terminal, bem como o cronograma destas ações e do projeto maior, no prazo de 20  
190 (vinte) dias, a contar do recebimento deste. Dando prosseguimento a assessora técnica  
191 do conselho faz o relato referente ao item 05) – Solicitação aos Deputados Federais:  
192 mobilização para a criação de Lei Federal que autorize a dedução do imposto de renda  
193 devido pelas pessoas físicas e jurídicas para o Fundo Municipal da Pessoa com  
194 Deficiência. A assessora informou que o presidente do Conselho e a conselheira Ana  
195 Carmem estiveram na SASC conversando com a assessora técnica do Conselho  
196 Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
197 e do Adolescente – CMDCA, Eloacy Tavares, referente às possibilidades de arrecadação  
198 de recursos para o Fundo. Eloacy informou que o CMDI só conseguiu agregar recursos  
199 no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso após a dedução do imposto de renda dos  
200 contribuintes, sendo que outras formas de arrecadação de recursos são muito difíceis de  
201 implementar. Sugeriu que o CMDPD mobilize os deputados federais articulando a  
202 destinação de recursos para o Fundo da Pessoa com Deficiência. Após algumas  
203 colocações ficou deliberado solicitar informações ao Conselho Estadual e ao Conselho  
204 Nacional da Pessoa com Deficiência, a fim de verificar se existe alguma discussão a nível  
205 estadual e nacional referente a destinação de recursos para o fundo da pessoa com  
206 deficiência. Na sequência o conselheiro José Aparecido de Almeida, informou que não  
207 existe rampa regular no Parque Alfredo Niffler, que a rampa na entrada central ainda está  
208 sendo construída e a rampa existente não dá acesso à Academia da Terceira Idade – ATI,  
209 lembrou que neste local é interessante ter rampa. A conselheira Cynthia Catarina de  
210 Oliveira, da Secretaria de Esportes informou que já solicitou a construção de rampa de  
211 acesso neste local, à Secretaria Municipal de Obras Públicas. Na sequência o conselheiro  
212 José Aparecido de Almeida informou que em conversa com o CREA que algum  
213 conselheiro do CMDPD participe da mesa de reuniões do CREA, sendo assim ele trará  
214 um modelo de solicitação de participação na reunião para que o CMDPD possa articulá-  
215 la. Por fim o conselheiro José Aparecido de Almeida perguntou por que o senhor Ismael  
216 Melo foi substituído na assessoria do Conselho. O presidente do conselho informou que o  
217 senhor Ismael foi colocado a disposição pela Secretaria de Assistência Social, por  
218 motivos administrativos e de relações pessoais e como o CMDPD não podia ficar sem  
219 assessoria a SASC designou a senhora Viviane para esta função. Logo após a  
220 conselheira Paula Edicléia França Bacaro, da Secretaria de educação informou que no

221 ano de 2012 haviam 122 (cento e vinte e duas) crianças com deficiência na rede  
222 municipal, hoje este número é de 348 (trezentos e quarenta e oito) crianças. No final do  
223 ano passado foi criada uma gerência para atendimento dessas crianças, com vários  
224 profissionais como psicólogos, professores especializadas em crianças cegas, dentre  
225 outros. Agora foi implementado o Centro de Atendimento para crianças com deficiência,  
226 inclusive com caráter preventivo, o que vai minimizar os problemas das crianças da rede  
227 municipal de educação. O presidente do conselho parabeniza esta ação, porém manifesta  
228 preocupação com o atendimento às pessoas adultas com deficiências, principalmente  
229 aquelas que adquiriram deficiência. Há necessidade de um centro de atendimento para  
230 essas pessoas, no sentido de reabilitá-las às atividades cotidianas. Após algumas  
231 colocações e ponderações e nada mais havendo a deliberar a reunião foi encerrada às  
232 16h30, e eu Fausto Salamão Cirico, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será  
233 assinada por mim, pela assessora técnica do Conselho e pelo presidente do Conselho,  
234 constando em anexo a assinatura de todos os conselheiros presentes.

235

236

237

Fausto Salamão Cirico  
Secretário “*ad doc*”

Viviane Regina Franco Soares  
Assessora Técnica do Conselho

238

239

240

241

Ricardo Alexandre Vieira  
Presidente do Conselho

242